

“O ESTADO NOVO DA UDN”

MEMÓRIAS DA VIDA POLÍTICA PARTIDÁRIA NA COLUNA DO CASTELLO

“O ESTADO NOVO DA UDN”

MEMORIES OF POLITICAL PARTIE'S ACTIVITIES FEATURED IN COLUNA DO CASTELLO

LUCIA GRINBERG | Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

RESUMO

O artigo consiste em um estudo sobre o jornalismo de Carlos Castello Branco em busca da afirmação de direitos políticos de cidadania durante a ditadura instaurada em 1964. Na *Coluna do Castello*, as narrativas sobre os partidos fundados em 1945 constituem lugares de memória das práticas político-partidárias, contrapontos ao presente tendo em vista perspectivas futuras.

Palavras-chaves: ditadura; imprensa; direitos políticos; partidos políticos.

ABSTRACT

The article aims to analysis Carlos Castello Branco's journalism in defence of citizens' political rights during the dictatorship installed in 1964. In *Coluna do Castello*, his stories about the political parties founded in 1945 were realms of memory about party practices, counterpoints to the present bearing in mind future prospects.

Keywords: dictatorship; press; political rights; political parties.

RESUMEN

El artículo es un estudio sobre el periodismo de Carlos Castello Branco en la búsqueda de afirmación de los derechos políticos de ciudadanía durante la dictadura instaurada en 1964. En la *Coluna do Castello*, las narrativas sobre los partidos fundados en 1945 constituyen lugares de memoria de las practicas político-partidarias, contrapuntos al presente teniéndose en vista perspectivas futuras.

Palabras clave: dictadura; periodismo; derechos políticos; partidos políticos.

De tudo resta hoje alguma nostalgia, algum sentimento de culpa e alguma esperança insistente. Com crueldade pessedista, o Sr. Tancredo Neves observou certa vez, ao longo da crise que levava à implantação de uma junta militar, que aquele era o Estado Novo da UDN (Castello Branco, 30/6/1972).¹

É claro que a vida não se refaz. Nada impede todavia a análise dos episódios e dos comportamentos que integram a história. Sendo irreversíveis os acontecimentos, e lembre-se aqui o de 1964, não adiantaria especular sobre o que aconteceria se as Forças Armadas, ao invés de intervir, se articularsem para conter Goulart até o fim do seu mandato. Seria isso possível em face da enraizada mentalidade intervencionista suscitada depois de 1945 pela UDN, que algumas vezes tentara em vão violentar a consciência legalista dos comandos militares? Vale todavia a verificação de uma reação que se tradicionaliza e que, em substância, constitui um impedimento permanente à implantação de instituições republicanas democráticas (Castello Branco, 18/10/1973).

Entre as especificidades da ditadura instaurada em 1964, está a manutenção das instituições políticas, apesar de profundamente descaracterizadas devido à perda de prerrogativas do Legislativo e do Judiciário por força de sucessivos atos institucionais. No *Jornal do Brasil*, a *Coluna do Castello* manteve-se durante toda a ditadura como um espaço dedicado à crônica da vida política institucional, mesmo quando esta parecia irrelevante, inexistente, sem perspectivas. Em janeiro de 1969, com o Congresso Nacional fechado, Castello publicava a seguinte constatação: “aqui não há nada a fazer” (Castello Branco, 11/1/1969). No entanto, o jornalista seguiu escrevendo justamente sobre a intervenção no poder Legislativo, as causas, os desdobramentos e as expectativas sobre possíveis transformações no sistema político.

Na história do Brasil republicano, muitos estudos mostram a consolidação de uma proposta de cidadania elaborada por intelectuais autoritários que se destacou pela preeminência dos direitos sociais em relação aos direitos políticos e civis (Santos, 1987; Lamounier, 1981; Reis, 1998). De fato, uma visão autoritária da vida política que reforçava os laços de identidade entre Estado e nação e, ao mesmo tempo, desqualificava a participação política conforme o modelo liberal baseado no sufrágio universal e na representação através de partidos políticos. A partir do Estado Novo (1937-1945), uma ditadura que extinguiu os partidos e fechou o Congresso Nacional durante todo o período, o governo investiu fortemente na divulgação desta concepção de cidadania através de festas cívicas, programas de rádio e publicações variadas nas quais se identificava cidadania especialmente com direitos do trabalho (Gomes, 1988). Na literatura sobre a democracia instaurada após o Estado Novo, assim como em muitos livros didáticos, o período de 1945 a 1964 consolidou-se como o tempo da “democracia populista” (Weffort, 1979) ou da “democracia burguesa”, expressões que des-

1 Todos os textos de Carlos Castello Branco foram consultados em versão fac-símile da *Coluna do Castello*, publicada no portal <www.carlostellobranco.com.br>.

qualificam a representatividade daquele regime político destacando supostas limitações.² Desde os anos de 1990, principalmente, historiadores reconhecem a importância da expansão de direitos políticos após 1945, qualificando aquele período como uma experiência democrática, um tempo de aprendizado sobre a participação em eleições e na organização de partidos políticos.³

Na literatura sobre o golpe de 1964, um dos temas clássicos, mais visitado por cientistas políticos e menos por historiadores, é o das implicações entre os partidos políticos, o golpe e a ditadura. Muitos estudos sobre os partidos políticos em atividade de 1945 a 1965 foram elaborados a partir de meados da década de 1970 por pesquisadores que, de certa maneira, procuravam compreender o processo que levou ao fim aquela experiência democrática. Naquelas pesquisas, enfatizava-se, geralmente, uma série de fatores como a não institucionalização do sistema político-partidário, a ausência de identificação partidária dos eleitores, a fragmentação eleitoral, apontando-se, finalmente, para um sistema partidário em destruturação no início dos anos de 1960, mais uma variável nas interpretações sobre a instauração da ditadura.⁴ Em contrapartida, Maria do Carmo Campello de Souza, em *Estado e partidos políticos no Brasil*, apesar de compartilhar do diagnóstico da não institucionalização do sistema partidário, construiu uma tese distinta, considerando que “o caráter crítico da conjuntura [de 1964] deriva do simultâneo fortalecimento do Estado e do sistema partidário, colocando o dilema Estado sem partidos ou governo partidário” (Souza, 1990).

Em *Democracia nas urnas*, Antônio Lavareda considerou, por sua vez, que estava em curso um processo de consolidação do sistema partidário. De acordo com Lavareda, do fim do Estado Novo ao golpe de 1964, os vínculos entre os partidos e o eleitorado foram criados, reforçados e sofriram transformações a cada eleição, principalmente nas disputas majoritárias, como as eleições para a presidência da República, os governos estaduais e as prefeituras. Ao se apresentarem aos eleitores, as lideranças políticas representavam seus respectivos partidos e levavam informações sobre o mesmo a cada campanha. Na época, a imprensa atuava de maneira semelhante, pois “pontificavam como veículos de difusão das informações políticas os jornais, as revistas, as rádios, os comícios e as reuniões públicas. Quase toda a imprensa tinha uma clara orientação política, fato que contribuía para desenvolver e reforçar os vínculos partidários” (Lavareda, 1991, p. 127).

Como muitos jornalistas da sua geração, Castello começou ainda jovem. Ao mesmo tempo em que cursava direito, trabalhou em empresas dos Diários Associados e passou por diversos cargos até tornar-se repórter político em 1949 (Ferreira, 2010). A partir de 1945, muitos jornalistas participaram ativamente do processo de redemocratização, como obser-

2 Para uma crítica ao conceito de populismo, ver: Gomes, 1996.

3 Pesquisas sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) têm mostrado a apropriação da estrutura sindical combinada com a política partidária por parte desses sujeitos para o exercício de direitos políticos a partir de 1945; ver: Gomes, 1994; Silva; Negro, 2003.

4 Para um balanço da literatura sobre o sistema partidário, ver: Lavareda, 1991.

vadores, comentaristas ou na organização dos novos partidos políticos. Entre 1945 e 1964, viveram a primeira experiência de democracia de massas no país, com partidos nacionais em atividade, organização de grandes comícios em praças públicas resultado do investimento em filiação partidária e mobilização política. Na imprensa, trabalhando nas redações de diferentes periódicos, o jornalista acompanhou a implantação desse sistema partidário. Em 1965, assistiu à sua destruição.

Os anos de 1964 a 1984, no Brasil, foram tempos de disputas acirradas pelos contornos da participação política através das instituições e de desconfianças em relação à legitimidade da atuação dos partidos políticos. A partir de 1966 até 1979, havia apenas dois partidos na legalidade, sendo a Aliança Renovadora Nacional (Arena) uma legenda governista e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) um partido de oposição à ditadura. Ambos foram criados a partir da intervenção radical do governo no sistema partidário após as eleições para governadores em 1965. Com o ato institucional n. 2 (AI-2), o governo decretou a extinção dos partidos políticos em atividade. Todas as legendas criadas após 1945 como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) perderam seus registros na Justiça Eleitoral. Em 20 de novembro de 1965, o governo publicou o ato complementar n. 4 com a definição de novas regras impondo grandes restrições à organização de partidos: só poderiam ser organizados por membros do Congresso Nacional, não poderiam usar quaisquer símbolos dos partidos extintos e tampouco a palavra partido em seus nomes.

No *Jornal do Brasil*, Castello apresentou em seus textos um contraponto àquela proposta de cidadania, defendendo os direitos políticos e as instituições indispensáveis à efetividade dos mesmos, como o poder Legislativo e os partidos políticos. Neste artigo, entre muitas abordagens possíveis para analisar o entendimento de cidadania elaborado por Castello, dediquei-me às suas memórias sobre os partidos políticos extintos em 1965. Durante a década de 1980, no contexto de debate e de reorganização dos partidos políticos possibilitado pela liberalização da legislação partidária em 1979 e o retorno ao pluripartidarismo, foram elaboradas teses e dissertações sobre os partidos de 1945.⁵ Entre as referências comuns aos estudos, até hoje inclusive, estão justamente as crônicas de Castello. Assim, pretendo relê-las como intervenção na vida pública, quando o jornalista levantou muitas das questões desenvolvidas posteriormente.

Em estudos sobre o processo de abertura, Bolívar Lamounier considerou que a maioria das interpretações sobre a ditadura subestimou a importância dos antecedentes liberais-representativos dos processos eleitorais e das formações partidárias. De acordo com o autor, era preciso analisar o legado ideológico e institucional brasileiro, cujo caráter autoritário era “frequentemente ressaltado, mas que também abriga importantes componentes liberais, não sendo concebível, entre nós, a legitimação em termos duradouros de um sistema autoritário, muito menos de uma autocracia repressiva como a que se configurou

5 Entre outros, ver: Benevides, 1981; Hippólito, 1985; Dulci, 1986; Kinzo, 1988; Delgado, 1989.

na era Médici” (Lamounier, 1988, p. 88). Entre os antecedentes institucionais liberais, se destacam a constituição das autoridades por meio de eleições e a consequente organização das elites políticas em partidos, assim como a existência de um debate público com a participação de uma imprensa atuante e composta por veículos de comunicação de matizes políticos variados. Nos anos de 1960, a grande imprensa se destacou pelo combate à mobilização pelas reformas de base, ao governo João Goulart e, posteriormente, pelo apoio à ditadura contribuindo para a formação de uma opinião pública favorável ao golpe. No entanto, nem todos os periódicos se identificaram com todos os aspectos do regime durante todo o tempo.⁶

Ainda no governo Goulart, em 1963, o *Jornal do Brasil* criou a *Coluna do Castello*, que se tornaria uma das mais prestigiosas da grande imprensa, referência obrigatória para os interessados no cenário político nacional, inclusive para os próprios políticos. Castello participava tanto de círculos de políticos, quanto de escritores. Sempre citado em estudos de história política, era um analista engajado, como indicam observações pontuais de caráter autobiográfico em suas crônicas. Em várias ocasiões escreveu sobre a sua própria trajetória como jornalista “simpatizante da UDN, que éramos todos os liberais que sofremos o Estado Novo” (Castello Branco, 6/3/1983), se situando, portanto, como membro de uma geração marcada por uma determinada identidade política no tempo da juventude, professando um “vago udenismo”.

O jornalista, portanto, não se colocava à margem das disputas políticas partidárias, mas apresentava-se como um observador que reconhecia publicamente seu lugar naqueles combates históricos. Ao mesmo tempo, procurava construir uma nova identidade profissional elaborando uma crítica a um tipo de jornalismo comum nos anos de 1940, que era engajado a partidos, e indicando como ideal não a ausência de engajamento, mas o engajamento na defesa de princípios: “a atitude ideal do jornalista é o não engajamento a não ser nas questões fundamentais para o regime e a profissão” (Castello Branco, 6/3/1983).

Nas crônicas, determinados temas eram recorrentes, as mesmas ideias-chave e imagens eram analisadas por ângulos diferentes, dando sentido pedagógico ao seu trabalho cotidiano.⁷ Durante a ditadura, diariamente, o jornalista retomava o que entendo como uma pedagogia da vida republicana, indicando certas características de regimes democráticos como a participação política por meio de partidos. Nesse sentido, pretendo analisar as crônicas de Castello procurando compreender como o cronista se empenhou no processo de mobilização política, tecendo tanto observações críticas aos partidos extintos como incentivando

6 No caso de *O Estado de S. Paulo*, Maria Aparecida de Aquino mostrou que o jornal manteve-se um defensor do princípio da liberdade de expressão (Aquino, 1999). Nos anos de 1970, houve engajamento político não só na chamada imprensa alternativa, pois na grande imprensa uma geração de profissionais transformou o jornalismo econômico em um setor importante de debates sobre políticas públicas (Abreu, 2003).

7 Cada vez mais as crônicas têm se tornado fontes recorrentes em estudos históricos. Gênero marcado pela relação com a imprensa, seu lugar por excelência, se caracterizam igualmente por um estilo peculiar, um “ar des preocupado”, na definição de Antônio Candido (1992), e por isso mesmo são excelentes meios de crítica social (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005).

as atividades políticas institucionais, aproximando os políticos de seus leitores e, de certa maneira, procurando estabelecer vínculos entre as instituições e os cidadãos.

A partir do golpe de 1964, o jornalista narrou sucessivas medidas de intervenção nas instituições: as numerosas cassações de direitos políticos e a consequente perda de mandatos parlamentares, a extinção dos partidos políticos em atividade, mudanças na legislação eleitoral, como a criação de eleições “indiretas” para governadores de estado e prefeitos de municípios considerados área de segurança nacional, assim como o longo recesso do Congresso Nacional de dezembro de 1968 a outubro de 1969 (Grinberg, 2009).

Durante a ditadura, Castello observou atitudes e expectativas das lideranças políticas diante dessas intervenções nas instituições: apoio, silêncio, reprovação, resignação. Logo nos primeiros dias de abril de 1964, Castello narra propostas e impressões sobre as suspensões de direitos políticos e as cassações de mandatos parlamentares. O jornalista relata o constrangimento na ocasião da posse de suplentes, os boatos sobre novas listas e as notícias sobre cassações nos estados e em municípios do interior:

A Câmara dos Deputados consumou ontem à tarde o ato mais constrangedor que lhe coube praticar no decurso da revolução: a convocação de suplentes para preencher as vagas abertas com a cassação de mandatos imposta pelo comando militar. Não faltou da parte dos deputados solidários com a revolução a coragem de se afirmarem ostensivamente favoráveis à depuração, mas havia, na face de cada um deles, um *rixtus* de dúvida desfechado por algum desvão da consciência (Castello Branco, 11/4/1964).

Durante todo o mês, o jornalista acompanhou o impacto das cassações entre os próprios parlamentares, voltando ao tema das expectativas sobre novas listas, descrevendo o “arrepio de medo” que corria entre vários deles (Castello Branco, 15/4/1964). Após sucessivas perdas de mandatos parlamentares e notícias sobre a provável suspensão dos direitos políticos do governador Mauro Borges e do ex-presidente Juscelino Kubitschek, então senador por Goiás, Castello identifica o “problema da afirmação do poder civil em face da política de expurgo que vai sendo conduzida por setores militares e segundo métodos militares” (Castello Branco, 15/5/1964). O episódio da suspensão de direitos políticos de JK toma muitas colunas, e na interpretação de Castello tem destaque a reação do PSD, pois a maioria dos pessedistas estaria disposta a solidarizar-se com o ex-presidente, mas “um grupo numeroso não deseja que essa solidariedade represente hostilidade ao governo, ao qual querem apoiar, como força concreta que se opõe ao estado de coisas suprimido pela revolução” (Castello Branco, 28/5/1964). Irônico, escreveu que havia “um desejo generalizado de traduzir solidariedade, de dar pelo menos a impressão de que o PSD se sentirá atingido pela condenação sumária do ex-presidente da República” (Castello Branco, 3/6/1964). Afinal, Castello reconhece: “A revolução, sem sombra de dúvida, sectarizou-se. [...] A Câmara e o Senado tiveram ontem uma tarde de abatimento e vexame” (Castello Branco, 9/6/1964). Apesar das indicações sobre constrangimentos e culpas, sobre temores, boatos e expectativas, parece que não houve mesmo grandes embaraços, porque havia igualmente acordo e apoio à política repressiva

entre udenistas e mesmo entre pessedistas. O jornalista se dedicaria ao “problema da afirmação do poder civil” até o fim da ditadura. Nos primeiros anos após o golpe, Castello narra as reações dos políticos diante do enfraquecimento do poder civil. Depois, especialmente após o ato institucional n. 5 (AI-5), volta-se para o passado em busca de explicações para a ruína das instituições.

Nas crônicas de Castello, o PSD e a UDN, os dois maiores partidos conservadores, que até as eleições de 1962 também eram os dois maiores partidos, quando o PTB ultrapassou a UDN, se destacam como atores relevantes no cenário político. O jornalista inclusive percebia a vitalidade daquelas organizações e tecia conjecturas sobre as transformações no sistema partidário a partir dos embates entre as esquerdas e as direitas. Para Castello, o governo João Goulart foi um tempo de acirramento da competição entre os partidos devido ao fortalecimento do PTB e da radicalização política:

Entre 1961 e março de 1964, acentuou-se o que se poderia chamar a doutrina do partido do centro, o qual surgiria da fusão do PSD, da UDN e de outras forças afins, que estavam sendo encurraladas por um agressivo movimento esquerdista montado sobre a sigla do PTB. O pânico gerado por uma ação de caráter revolucionário, comandada de cima para baixo, diluía as fronteiras entre os partidos clássicos da vida brasileira, impondo a conveniência, senão a necessidade, de uma formação comum para enfrentar a ameaça geral. O movimento de união ou de fusão encontrava sua justificação teórica na escassa diferença de doutrina ou de ideias entre PSD e UDN, evidenciada a essência comum no choque ou no confronto com as formações esquerdistas, comandadas pela Frente Parlamentar Nacionalista (Castello Branco, 27/9/1964).

Nesse sentido, nos primeiros anos após o golpe, o jornalista explicava esse evento como um movimento para “derrubar o Sr. João Goulart” e “para abrir ao Sr. Carlos Lacerda o caminho do poder, desobstruindo-o de uma conspiração esquerdista que ameaçava empolgar o país” (Castello Branco, 10/10/1965). Ou ainda: “o presidente João Goulart representava no poder a exasperação das tendências revanchistas da ditadura deposta” (Castello Branco, 3/9/1966).

Logo após o AI-5, Castello foi preso por cinco dias (Castro, 2006). O *Jornal do Brasil* chegou a publicar a coluna no dia 14 de dezembro de 1968, depois foram cerca de duas semanas sem publicá-la. Em 3 de janeiro de 1969, a coluna voltou, com o jornalista questionando a ampliação da censura: “Entendem os chefes revolucionários que a imprensa agasalha a subversão, na medida em que noticia e estimula movimentos de reivindicação ou simplesmente liberais”. Completava ainda: “Não basta que os jornais tenham sua definição anticomunista e combatam a subversão na escala em que considerem conveniente”. Nesse sentido, identificava-se com um anticomunismo liberal e, mesmo após o AI-5 e a prisão, não deixava de admitir que a “revolução de 1964” teve “êxitos iniciais”, mas depois “foi conduzida a atitudes sectárias que produziram nítidos efeitos no alargamento da faixa subversiva do país” (Castello Branco, 4/1/1969). Nos anos de 1970, Castello retornou aos temas da “revolução” e do

“consulado João Goulart” em muitas ocasiões, e levantava o argumento da ameaça às instituições como justificativa para o golpe: “as instituições se viram sob a ameaça do herdeiro da ditadura remota, empenhado em manter-se no poder, onde se via acuado e impotente, diante de grupos extremistas que começaram por conduzi-lo ao governo e terminaram por enredá-lo em uma trama subversiva” (Castello Branco, 1/2/1973).

Apesar disso, defendia na sua prestigiosa coluna a preeminência dos direitos políticos, o pluralismo partidário e o respeito aos resultados eleitorais. No debate público, em diálogo com pronunciamentos de autoridades, combatia os ataques à democracia representativa. Em 1970, após o presidente Médici proferir discursos em que condenava a democracia “ortodoxa e saudosista” e o “generalizado desencanto pelos caminhos do liberalismo político” (Castello Branco, 13/3/1970), Castello respondeu com uma coluna intitulada “Democracia social contra a política”. De maneira bastante didática, apresentou a categoria democracia social em perspectiva histórica, uma contribuição crítica do socialismo às insuficiências do liberalismo político. No entanto, combatia com vigor o argumento da necessidade da perda de liberdades democráticas para eliminar as desigualdades sociais, comum entre “as tendências antiliberais não só de esquerda como também de direita”, que invocam “os direitos do homem à segurança econômica para opô-los ao exercício da liberdade política, apresentada como um bem que favorece minorias e agrava as desigualdades sociais”.

No mesmo sentido, ainda em 1970, em resposta a declarações de Rondon Pacheco (Arena-MG) de que “o povo não se impressiona mais com temas políticos”, justamente quando foi conduzido ao governo de Minas Gerais, Castello redigiu “Entre a barriga e a liberdade”. Em primeiro lugar, lembrou que o próprio Rondon Pacheco era um político, “vive pela dedicação às atividades políticas” e conquistou posições no governo devido ao “exercício cotidiano e bem-sucedido da arte de transigir, articular, combinar e compor”. Em seguida, mostrou que a desqualificação da política em nome da eficiência era uma questão universal, “tem pelo menos a idade em que se deflagrou a primeira luta pelo poder”, pois, na concorrência pela adesão, “há os que aliciam e conquistam pela afirmação de princípios, de normas, de regras gerais de comportamento e de organização. E há os que se propõem a atender aos interesses imediatos da clientela”. Examinando a questão no contexto local, afirmou que

Soa ainda aos ouvidos dos liberais que se uniram em 1945 sob a bandeira da UDN a reação de Getúlio Vargas à campanha pela liberalização e pela consulta às urnas. Voltado para o engrandecimento material do país, a que dedicava seus melhores esforços, Getúlio Vargas sentenciou que “voto não enche barriga”. Era o pragmatismo contra o formalismo, o realismo contra o idealismo ou que nomes se deem a duas tendências opostas em que se fundamenta tradicionalmente a disputa pela preferência das massas (Castello Branco, 20/11/1970).

No centenário de Vargas, Castello reconheceu o ex-presidente como a “personalidade básica na formação do Brasil contemporâneo” (Castello Branco, 17/4/1983) e o ano de 1945 como um marco fundamental por sinalizar a instauração da democracia baseada no pluralis-

mo partidário. Durante a ditadura, o jornalista narrou em conjunturas distintas, de maneira muito semelhante, a fundação dos partidos em 1945 e traçou uma cronologia recorrente daquela experiência democrática em que destaca as sucessivas conspirações udenistas contra Vargas e seus herdeiros. Em suas narrativas, a dimensão dos partidos como espaços de socialização aparece com destaque na análise das trajetórias e práticas dos políticos, mostrando o seu reconhecimento da vitalidade daquelas instituições. O jornalista tanto caracteriza os partidos a partir das práticas de suas lideranças e de seus militantes, como sintetiza o perfil de lideranças pelo pertencimento a determinado partido.

Em muitas oportunidades, Castello teceu considerações sobre o PTB histórico, criado sob os auspícios de Vargas, que “propiciaria uma nova e definitiva agressão à vida política do país, permitindo que se aliciassem sob seu patrocínio e usando como bandeira as conquistas sociais do seu governo a borra humana que vegetava à sombra da previdência social” (Castello Branco, 23/8/1973). Castello desqualificava de maneira rude o pessoal que crescia politicamente devido à atividade na burocracia dos institutos de aposentadorias e pensões. No entanto, reconhecia a importância das políticas públicas do governo no campo dos direitos sociais. Do mesmo modo, em outras crônicas, observa que o PTB “aglutinaria pelegos sindicais e previdenciários para só mais tarde tornar-se uma força nervosa e viva do quadro político nacional” (Castello Branco, 25/5/1975). Nesse sentido, apesar de considerar espúria a criação do PTB sob o comando dos “pelegos”, Castello reconhecia a conquista de legitimidade pelo partido, considerado então como “uma força nervosa e viva”, como representante do “getulismo trabalhista” (Castello Branco, 15/4/1971), ou o “PTB getulista” (Castello Branco, 19/4/1981). Nos anos de 1980, no contexto da reorganização partidária, reconhecia que “a legenda tem vitalidade, pois ainda soa como a do partido dos trabalhadores para tanta gente e como a do partido das reformas para muitos” (Castello Branco, 19/4/1981).

Os estudos sobre os partidos políticos em atividade entre 1945 e 1965 reconhecem o getulismo como o eixo do sistema partidário, destacando sempre a formação do PTB e do PSD a partir de bases consolidadas no Estado Novo, por um lado, os institutos de previdência social e os sindicatos de trabalhadores, de outro, e as redes de políticos que participaram das interventorias estaduais a partir de 1931 (Souza, 1990; Delgado, 1989; D’Araújo, 1996). Em suas crônicas, Castello descreveu com detalhes todos esses aspectos, mas enfatizou com frequência a distinção entre os dois partidos getulistas, “o getulismo autoritário (PSD)” e o “trabalhista (PTB)” (Castello Branco, 28/12/1979). “O PSD era o poder” (Castello Branco, 12/5/1982). Sempre lembrando 1945, como ponto de partida da redemocratização, Castello aponta as origens do PSD:

Em 1945, depois da extinção do Estado Novo, organizaram-se os partidos políticos, inicialmente a UDN e o PSD, depois o PTB, o PR, etc. O PSD era uma aglomeração de emergência formada pelos interventores federais nos estados que não haviam sofrido quaisquer restrições nos seus direitos políticos. O novo regime era liberal e não impediu sequer ao ex-ditador de comparecer aos comícios e disputar mandatos eletivos. Os interventores e auxiliares de Getúlio Vargas articularam-se assim para defender não as

doutrinas do regime caído, mas a fatia de poder da qual haviam sido provisoriamente privados. Eles sabiam que detinham nas mãos os cordéis de manipulação do eleitorado alistado *ex-officio* e se prepararam para retornar ao comando dos seus respectivos estados e para voltar às suas perdidas funções (Castello Branco, 14/1/1972).

A maior parte das referências ao PSD elaboradas em diferentes conjunturas, de 1964 a 1984, destaca o exercício do poder caracterizado pelo governismo e pelo autoritarismo: “apoiar o governo, onde e quando isso se tornasse possível, foi a especialidade do PSD, esse grande partido em que se aglomeraram os homens que, oriundos do Estado Novo, se haviam habituado a governar o país, os estados e os municípios sem o contraste das oposições” (Castello Branco, 29/3/1973). Ou ainda: “as virtudes clássicas do pessedismo, que comandava o país pelo oportunismo e o agudo senso das conveniências” (Castello Branco, 3/5/1974). Apesar de destacar o gosto pelo poder e o oportunismo, Castello também reconhecia identidades políticas e a representação de determinados setores sociais no partido:

É verdade que o PSD de Juscelino Kubitschek foi também liberal, mas sob inspiração das circunstâncias, embora em essência fosse conservador, pois tinha a apoiá-lo a máquina administrativa, nos dois ramos, o estatutário e o autárquico (confiado ao aliado trabalhista) e o grande empresariado nacional e multinacional atraído pelas oportunidades do desenvolvimentismo (Castello Branco, 28/12/1979).

Na composição do perfil de lideranças pessedistas, Castello destacava o autoritarismo na maneira de governar e na responsabilidade pela repressão no Estado Novo. A geração mais velha de pessedistas envelhecia durante a ditadura e Castello redigiu em suas colunas verdadeiros obituários. Na ocasião da morte de Benedito Valladares, guardou algumas semanas em respeito à memória do interventor de Minas Gerais, mas não deixou de lhe dedicar uma coluna: “O chefe e o modelo do PSD de Minas”. Para Castello, Valladares se caracterizava por imprimir “respeito e medo a seus milhares de correligionários de Minas”, por exercer “o poder discricionário de maneira desconcertante e deixar entre os que o seguiam, mesmo entre os mais eminentes, a marca de um sentimento de pânico nas reações às ordens que emitia”. E completava: “Bastava um encontro dele com qualquer um de seus antigos comandados para se sentir que a voz de comando que lhe brotava naturalmente da alma era obedecida sob pena de cruel e imediata represália” (Castello Branco, 29/3/1973).

Ainda em 1973, quando Filinto Muller faleceu em um desastre aéreo, Castello escreveu sobre a sua trajetória como chefe de polícia do Distrito Federal no Estado Novo, senador pelo PSD e, depois, pela Arena:

Quanto ao grau da sua responsabilidade nos crimes praticados nos subterrâneos da ditadura de 1937, isso é um segredo sepultado entre os destroços do Boeing que caiu nas vizinhanças de Paris [...]. Recentemente, a revista Veja realizou um levantamento da sua atuação durante o Estado Novo, registrando minuciosamente as acusações e dando-lhe

a palavra para a defesa. Filinto Muller defendeu-se no que pôde, mas em muitos casos escudou-se na ignorância do fato, que não exclui a responsabilidade global de quem comanda uma prolongada e cruel batalha de repressão.

De qualquer forma, não se deixou tolher por impedimentos de consciência. Certamente não está paralisado pelo remorso quem por cinco vezes apresentou-se candidato ao voto popular em Mato Grosso (Castello Branco, 12/7/1973).

Na *Coluna do Castello*, a história da UDN é narrada a partir de alguns grandes temas: a fundação, correntes e lideranças, o repúdio aos resultados eleitorais e a reverência às Forças Armadas. Para Castello, “a recém-fundada UDN era um movimento cívico que se propunha a derrubar a ditadura de Getúlio Vargas e implantar um regime democrático no país” (Castello Branco, 16/1/1965); “uma aliança das esquerdas democráticas, que então se dissociavam do Partido Comunista, com a política conservadora de São Paulo e Minas para a tarefa comum de abater a ditadura do Estado Novo” (Castello Branco, 3/9/1966).

O jornalista descreve a diversidade entre udenistas, aponta as suas particularidades, mas reconhece uma direção comum na participação em conspirações sucessivas e, portanto, na responsabilidade pelo fim do regime democrático. Mesmo se identificando com a UDN, no “vago udenismo” professado na juventude e na admiração a várias lideranças, em muitas crônicas, de modo recorrente, foi extremamente crítico ao partido. Em 1967, Castello narrou a história da “banda de música da UDN”

A atual legislatura, que realizou sua última sessão para votar a Lei de Imprensa, assistiu ao ocaso e à dispersão final de uma entidade política que, durante vinte anos — de 1946 a 1966 —, produziu acontecimentos dramáticos, denunciou e derrubou presidentes da República e atingiu gravemente a reputação de líderes e organizações partidárias. Essa entidade era a banda de música da UDN, um coro de bacharéis que atuou anos seguidos como a Cassandra de um caos político, social e econômico, cujo espantinho está na base do regime instalado no país pelo movimento vitorioso em março de 1964. Essa a sua obra final, esse o seu canto de cisne. Atingida a meta, o grupo dissolveu-se (Castello Branco, 22/1/1967).

Nos anos de 1970, retoma o tema das conspirações em diferentes conjunturas, lembrando “a marca do drama udenista em que se revezam o amor à liberdade e a reverência às Forças Armadas” (Castello Branco, 30/6/1972). Ou reiterando a cronologia histórica composta por derrotas nas urnas e apelo aos quartéis: “A UDN jamais se conformou com derrotas eleitorais e, repelida nas urnas, conspirou para impedir a posse de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, terminando por derrubar o primeiro e por contribuir poderosamente para derrubar seu herdeiro João Goulart” (Castello Branco, 18/10/1973).

Nas memórias sobre a UDN, ao escrever sobre Carlos Lacerda, reconhecia no ex-governador da Guanabara “a expressão não de um partido liberal, que era a UDN, mas de uma reação de extrema direita” (Castello Branco, 3/5/1974). A verdadeira UDN “se expressava através de

homens que já foram tragados pela morte, pela aposentadoria ou pelo Supremo Tribunal Federal. Esses não faziam a política pela política, mas como um exercício ético e romântico de gerar condições para a criação de instituições liberais no país”. No entanto, mesmo traçando distinções entre os políticos udenistas, considera que a característica principal da UDN era o repúdio aos resultados eleitorais combinado com a reverência às Forças Armadas, pois tanto Lacerda como os “corifeus do liberalismo moralizante [...] não resistiram à tentação de buscar na força dos quartéis a retificação dos erros eleitorais” (Castello Branco, 3/5/1974).

De maneira complementar, Castello investiga as aproximações entre PSD e UDN, expressão justamente das diferenças entre o “getulismo trabalhista (PTB)” e o “getulismo autoritário (PSD)”, lembra as aproximações entre PSD e UDN durante a experiência democrática e, como não poderia deixar de ser, na ocasião do golpe de 1964. Para Castello, o acordo entre os dois partidos no governo Dutra era o marco dessa aproximação na qual “se consolidou a aliança conservadora” (Castello Branco, 17/4/1983), da qual era extremamente crítico. Para Castello, as Forças Armadas implicadas na deposição de Getúlio Vargas e, logo depois, com o lançamento de candidaturas militares à presidência da República “terão visto no acordo interpartidário o instrumento adequado para conter o movimento esquerdizante, já então sob a inspiração do getulismo trabalhista” (Castello Branco, 15/4/1971). O jornalista considerava que a aproximação entre os dois partidos afetou a consolidação de suas identidades partidárias, ao distanciarem-se dos sentidos de suas respectivas organizações no contexto de fundação: “Sem acordo o PSD teria provavelmente retido o poder e contido a expansão do PTB. Sem o acordo, a UDN poderia ter se afirmado como a grande voz liberal do país” (Castello Branco, 15/4/1971). O jornalista reafirmava então suas convicções na importância do fortalecimento das identidades partidárias nas democracias e imaginava alternativas à ruína das instituições.

Entre 1945 e 1965, o PSD, a UDN e o PTB eram os maiores partidos políticos brasileiros. De diferentes maneiras, os laços de continuidade e as distinções, entre o pós-1945 e o pós-1964, foram reforçados e retomados como lugar de memória das atividades político-partidárias na *Coluna do Castello*. Essas memórias, por sua vez, publicadas em periódico de grande circulação, provocavam políticos e leitores em geral. Eram comuns as referências às cartas enviadas por leitores em resposta às suas crônicas sobre os idos de 1945. A história dos partidos fundados na ocasião da redemocratização era narrada no sentido de mostrar o passado comum da sua geração e de muitos políticos que então viviam aquela outra ditadura.

Apesar de nem sempre consistirem em narrativas extensas, as análises, os comentários e as anedotas sobre as práticas e os significados dos partidos extintos apareciam com frequência na *Coluna do Castello* como contrapontos ao presente tendo em vista perspectivas de futuro. Ao largo da descontinuidade da história dos partidos no país, provocada por medidas autoritárias como o AI-2, o jornalista destacava na esfera pública a existência de um passado recente de tradições liberal-democráticas, compreendendo partidos de esquerda e

de direita. Na *Coluna do Castello*, o jornalista elaborava uma história da cidadania cívica no Brasil contemporâneo, com seus avanços e recuos em termos de conquistas de direitos políticos, e, ao mesmo tempo, encontrava-se engajado justamente nesse processo de difusão de uma proposta específica de cidadania cívica (Offerlé, 2005).

O jornalista, de certa maneira, escrevia história imediata quando poucos historiadores se aventuravam no terreno da história política do tempo presente, se dedicando principalmente à história social e econômica do Brasil Colônia e Império. Castello, por sua vez, se identificava e convivia com os políticos, suas fontes, e se dedicou à crônica da vida política institucional considerando as ações dos indivíduos, quando a maior parte dos historiadores e cientistas sociais trabalhava com referenciais teóricos estruturais. Entre os recursos narrativos sempre presentes em seus textos estão relatos sobre as práticas e os discursos dos protagonistas do cenário político, bem como observações e conjecturas sobre as instituições. Quer dizer, o jornalista investigava as instituições a partir das práticas e dos significados atribuídos pelos sujeitos diretamente envolvidos naquele processo histórico.

As crônicas de Castello se caracterizavam por um estilo moderno, por vezes nostálgico, às vezes irônico. O jornalista relatava acontecimentos do dia a dia da política nacional e, tão importante quanto, conversas e boatos ouvidos de suas fontes, muitas vezes identificadas. De qualquer maneira, analisava as instituições baseado em comparações com os princípios liberal-democráticos ou com a experiência histórica, quase sempre com a experiência da história política republicana posterior a 1930.⁸

A partir de uma perspectiva histórica destacava justamente as experiências observadas e tecia considerações sobre seus aspectos, ao invés de elaborar grandes sínteses ou desqualificar as instituições porque distantes do ideal democrático. Não trabalhava tendo por base generalizações baseadas em considerações sobre a natureza do Estado ou da cultura brasileira. As comparações tinham como objetivo investigar ou esclarecer para o público leitor a história dos sujeitos em atividade no cenário político nacional, indicando a historicidade das instituições. Quer dizer, Castello reiterava que as instituições em vigor eram o resultado das ações de sujeitos determinados e que, portanto, poderiam ser diferentes.

Era recorrente a comparação entre a ditadura instaurada em 1964 e a do Estado Novo ou a “ditadura de Getúlio Vargas”. Entre os termos de comparação, Castello apreciava a máxima elaborada por Tancredo Neves: a ditadura de 1964 era o “Estado Novo da UDN”. Em certas ocasiões reproduziu a ideia chave, qualificando-a: “Com crueldade pessedista, o sr. Tancredo Neves observou certa vez, ao longo da crise que levava à implantação de uma Junta Militar, que aquele era o Estado Novo da UDN” (Castello Branco, 30/6/1972). Considerava o comentário resultado da “fina percepção crítica do sr. Tancredo Neves” (Castello Branco, 14/7/1975).

8 Com certeza uma das referências de Castello era Costa Rego, colunista político do *Correio da Manhã*, crítico ferrenho de Vargas nos anos de 1930. De acordo com Noé Sandes, Costa Rego criou “um modelo próprio de jornalismo, amparado no argumento racional fundado no método comparativo” (Sandes, 2008). Como Castello, era um liberal, e não foi só colunista, também assumiu a função de redator-chefe, acompanhando todas as etapas da elaboração do jornal. Agradeço a Ângela de Castro Gomes a indicação sobre Costa Rego.

Cerca de uma década mais tarde, em outra crônica, o jornalista completaria “Estado Novo da UDN, mas com a participação do PSD e do PTB e o recondicionamento político dos partidos políticos, dissolvidos e reaglutinados em dois blocos definidos pelos próprios militares” (Castello Branco, 12/5/1982).

Para Castello, na análise da vida política anterior a 1964, uma das questões consideradas especialmente relevantes era a dinâmica entre os partidos e, portanto, o peso dos partidos conservadores e da ascensão do PTB. Um problema grave diante da combinação de características udenistas e pessedistas, como a “reverência às Forças Armadas” e o inconformismo com os resultados eleitorais, por parte da UDN, e o gosto pelo poder e o autoritarismo, por parte do PSD. De certa maneira, imbuído de um dever de memória, no sentido de lembrar e afirmar a culpa e o arrependimento, o colunista aponta, durante todo o período, a implicação de udenistas e de pessedistas na instauração da ditadura.⁹ A questão moral recorrente não era o moralismo udenista anticorrupção ou cioso dos formalismos jurídicos, mas a da responsabilidade dos partidos conservadores, e especialmente da UDN, com o fim do regime democrático devido à “enraizada mentalidade intervencionista” (Castello Branco, 18/10/1973).

O jornalista entendia e reiterava em sua coluna que as instituições são construídas historicamente, ressaltava que os partidos são agentes do processo de constituição das instituições e apontava justamente as características dos partidos conservadores como obstáculos à consolidação de “instituições republicanas democráticas” (Castello Branco, 18/10/1973), o que pode ser considerado uma redundância, mas com certeza uma maneira de enfatizar que as instituições em atividade na ditadura estavam longe de ser democráticas.

O jornalista reconhecia, portanto, os partidos como instituições sem as quais não se constituem “instituições republicanas democráticas”, mas parece compartilhar de uma visão bastante restrita de cidadania política. Com frequência, outras formas de participação política, como as práticas de estudantes e de sindicalistas, eram vistas de maneira muito negativa, quase sempre porque associadas à esquerda. Em 1970, na coluna “Sobre estudantes e trabalhadores”, aponta a ausência de atividades “à margem do processo de politização esquerdista” (Castello Branco, 29/7/1970). Em 1975, se perguntava: “como evitar o retorno do estudante profissional, antigamente verdadeiro residente subversivo nas diversas escolas de nível superior?” (Castello Branco, 19/9/1975).

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, F.; KORNIS, M. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

⁹ Sobre a escrita da história do tempo presente, ver: Gomes, 2004 e Magalhães; Gontijo, 2009.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés do chão. In: _____. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1992.

CASTRO, Pedro Jorge (org.). *Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil*. Brasília: Senac, 2006.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo (org.). *História em cousas miúdas*. Campinas: Unicamp, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicato, carisma e poder*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11054/Sindicatos,%20carisma%20%26%20poder_%20o%20PTB%20de%201945-65.pdf?sequence=1>.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: _____. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELGADO, Lucília. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FERREIRA, Marieta M. Carlos Castello Branco. In: ABREU, Alzira et al. (org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

FICO, Carlos. *A reinvenção do otimismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice; IUPERJ, 1988.

_____. Trabalho e democracia: PTB sem Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6713/165.pdf?>>>.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, p. 31-58, 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf>.

_____. Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. *Remate de Males*, Campinas, v. 24, p. 121-137, 2004. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/3208>>.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Arena (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2009.

_____. "Saudações arenistas": a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HIPPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: IDESP; Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. Representação política: a importância de certos formalismos. In: _____. (org.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

_____. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAVAREDA, Antonio. *Democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. O presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição de uma “ética da atualidade”. In: ROCHA, Helenice et al. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

OFFERLÉ, Michel. *Les parties politiques*. Paris: PUF, 1987.

_____. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANEDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

REIS, Elisa. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. In: _____. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

SANDES, Noé Freire. O jornalista Costa Rego e o tempo revolucionário (1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 41-62, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000100003&script=sci_arttext>.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, CEDEC, São Paulo, n. 1; n. 2, 1979.

Recebido em 24/11/2013

Aprovado em 20/12/2013